

SANTIAGO, CHILE

AB-2135
21 março 2001
Original: inglês

DISCURSO DO GOVERNADOR SUPLENTE INTERINO PELO REINO UNIDO
NA QUINTA SESSÃO PLENÁRIA

Tony Faint

1. Gostaria de começar agradecendo ao Governo Chileno por acolher esta Assembléia Anual de Governadores em Santiago e ao Banco por sua organização.
2. No começo de um novo milênio, parece-nos adequado que o BID reveja os objetivos acordados em 1994 e os instrumentos mediante os quais busca concretizá-los. O Banco detém grande poder, como a instituição mais próxima da região da América Latina e do Caribe e sua maior fonte de financiamento para o desenvolvimento. Como reconhece o documento Estratégia Institucional, o Banco necessita avançar com base numa visão clara, na programação e focalização fortalecidas, na parceria com os países da Região e outras organizações internacionais, e com ênfase no desempenho e nos resultados.
3. O Reino Unido crê firmemente que a função principal do Banco, bem como de outras instituições de desenvolvimento, deva ser a redução da pobreza e da desigualdade. A experiência do desenvolvimento em anos recentes mostra a necessidade de um combate multifacetado aos problemas da pobreza, começando por uma sólida estrutura macroeconômica que incorpore aspectos da pobreza e acolhendo microrreformas no setor empresarial e nos mercados de trabalho, bem como políticas e instrumentos adequados de inclusão social e de reforma do setor social.
4. Por esse motivo, recebemos com grande satisfação as declarações transparentes do Presidente Iglesias, que, com sua visão de conjunto:
 - reafirma decididamente os objetivos centrais da Oitava Reposição, no que se refere à redução da pobreza e ao desenvolvimento ambiental sustentável;
 - reconhece a importância das Metas Internacionais de Desenvolvimento como pedras angulares desse esforço;

- percebe a importância de um esforço conjunto liderado pelos países da Região, para desenvolver e implementar estratégias de redução da pobreza, com o apoio da comunidade internacional como um todo.

5. Esses temas são centrais ao desenvolvimento da Estratégia Institucional do Banco. Devem ser o fundamento desse trabalho, nas áreas prioritárias da competitividade e do crescimento, do desenvolvimento, da reforma social e da modernização do setor público, bem como da integração regional.

6. O desenvolvimento deve também ser sustentável e sensível às questões de proteção ambiental, se quisermos alcançar uma redução da pobreza que seja duradoura. As populações pobres são freqüentemente as mais vulneráveis à degradação do ambiente natural e físico. Constatamos um reconhecimento relativamente pequeno da importância da questão da sustentabilidade a longo prazo nos documentos preparados para estas reuniões. Uma vez mais, não se trata de um número limitado de projetos de atividades ambientais, mas de um objetivo transversal inserido nas estratégias de país e em todo o trabalho desta instituição.

7. Uma estratégia de país fortalecida é crucial para a implementação do mandato BID-8 e para a Estratégia Institucional do Banco. As estratégias de país necessitam estar apoiadas em análises sólidas da natureza, da incidência e das causas da pobreza. O Banco precisa se preparar para fazer uma decidida contribuição a esta análise através de seu trabalho econômico e setorial. Acima de tudo, as estratégias devem ser de autoria do próprio país e desenvolvidas mediante um processo de consulta. Onde essas condições sejam atendidas, o Banco deve estar pronto para proporcionar apoio flexível à sua implementação. Nesse sentido, reconhecemos a necessidade de mais empréstimos em apoio a estratégias integradas de redução da pobreza. Saudamos a perspectiva de discussões mais aprofundadas, pelos Governadores, da Estrutura Estratégica do Banco e dos instrumentos por meio dos quais ela pode ser alcançada.

8. A pobreza e a desigualdade estão também estreitamente relacionadas com as questões de raça e etnicidade. Cumprimentamos o BID por sua decisão de patrocinar uma conferência regional sobre este assunto, em junho, na esteira da Conferência das Nações Unidas sobre Racismo, em agosto.

9. O BID tem uma responsabilidade especial em relação às necessidades de seus membros mais pobres e mais vulneráveis. Nesse sentido, atribuímos grande importância à meta de 35% de empréstimos para as economias mais pobres e menores da Região, que deve ser alcançada como questão prioritária. Também saudamos a conclusão nesta reunião de uma estrutura de financiamento para alívio da dívida dos Países Pobres Muito Endividados da Região e a perspectiva da pronta formalização do alívio temporário daqueles que já alcançaram o Ponto de Decisão dentro da Iniciativa Reforçada dos PPME.

10. As questões em torno da globalização provocaram com justiça debates acalorados nesta reunião. Elas são essenciais para a perspectiva econômica da Região, bem como

para o objetivo global da redução e eliminação da pobreza extrema. Como contribuição a este debate o Governo Britânico publicou, em dezembro de 2000, um segundo Livro Branco do Desenvolvimento Internacional intitulado: “Eliminando a Pobreza Mundial: Fazendo a Globalização Trabalhar pelos Pobres”. Na Introdução deste documento, em discurso recente, nossa Secretária de Estado de Desenvolvimento Internacional, Clare Short, disse: “A redução sistemática da pobreza exige maior cooperação internacional, e não menor, e fluxos comerciais e de investimento que coloquem à disposição dos pobres do mundo os frutos do conhecimento e da tecnologia de hoje. A questão não é se somos “a favor” ou “contra” a globalização, mas como assegurar que ela se torne uma força positiva para todos os povos do mundo”. Algumas das principais conclusões do documento são:

- Primeiramente, a redução sustentada da pobreza não pode ser alcançada sem crescimento econômico. O crescimento, porém, tira as pessoas mais rapidamente da pobreza onde os níveis de desigualdade são pequenos, de modo que esforços redobrados são necessários para reduzir a desigualdade. As políticas de promoção de um setor privado forte devem ser combinadas com sistemas governamentais efetivos de promoção da igualdade social, da justiça e da segurança. Necessitamos de Estados efetivos e mercados eficientes.
- Em segundo lugar, o investimento em recursos humanos, em habilidades e em conhecimento é essencial para os países que desejam fazer parte da economia globalizada. A revolução da informação e das tecnologias de comunicação cria uma necessidade urgente e uma enorme oportunidade de melhoria de acesso à educação e ao conhecimento. Políticas adequadas e estruturas jurídicas e normativas devem ser promovidas para permitir que essa tecnologia seja partilhada.
- Em terceiro lugar, a cooperação para o desenvolvimento é essencial para a redução da pobreza, mas deve ser usada de maneira inovadora. Os recursos existentes, em enorme proporção, são gastos em projetos pequenos, não estratégicos e não voltados para os pobres. Necessitamos, no sistema internacional, e em todos os países, de esforços internacionais de desenvolvimento bem coordenados e mais coerentes, que reúnam todos os atores do desenvolvimento em apoio às estratégias de redução da pobreza elaboradas pelos países.
- Em quarto lugar, faz-se necessário um sistema internacional que tenha como prioridade a redução sistemática da pobreza, a fim de fortalecer os esforços dos governos e empreender ações coletivas onde elas sejam necessárias. Precisamos de ação no nível global – para derrubar a corrupção, para reduzir os conflitos e para produzir novos medicamentos e vacinas para as doenças que afetam as populações pobres. O gerenciamento sustentável dos recursos naturais da Terra requer entendimento e ações no nível internacional.

11. Precisamos que o FMI, o Banco Mundial, os Bancos Regionais de Desenvolvimento, as Nações Unidas e todas as organizações de desenvolvimento colaborem no apoio aos governos comprometidos com a consecução das Metas Internacionais de Desenvolvimento.

12. Acima de tudo, devemos ter regras internacionais e instituições internacionais sólidas para captar o capital privado e as oportunidades de comércio, a fim de melhorar o nível de vida dos pobres. Necessitamos instituições representativas, em que todos possam lutar por seus interesses de maneira equitativa. Para chegar a regras mais justas, é preciso que os países em desenvolvimento aumentem sua capacidade de negociação nos foros internacionais e que os países desenvolvidos se comprometam a abrir mão do protecionismo comercial predatório e da ajuda condicionada às aquisições nacionais.

13. Em conclusão, temos diante de nós uma agenda cheia de desafios, se quisermos alcançar a meta de Redução Internacional da Pobreza na próxima década e meia na América Latina. Gostaríamos de ver o Banco se colocar no centro desse esforço, dedicado à erradicação da pobreza extrema da Região.